



# A MICROFÍSICA DO ARQUIVO: UMA RESENHA CRÍTICA ACERCA DA OBRA "O SABOR DO ARQUIVO", DE ARLETTE FARGE

## THE MICROPHYSICS OF THE ARCHIVE: A CRITICAL REVIEW OF THE WORK "THE FLAVOR OF THE ARCHIVE" BY ARLETTE FARGE

### Resumo

Este trabalho tem como objetivo realizar considerações acerca da função do arquivo em vista da compreensão da intrincada relação entre discurso, poder e sociedade na obra "O sabor do arquivo", da historiadora francesa Arlette Farge. Complementando a discussão com perspectivas teóricas que discutem a função de poder do arquivo, buscaremos refletir, a partir das problematizações postuladas por Farge, a maneira como o arquivo revela-se, também, como uma microfísica das relações históricas, a qual nos permite percorrer a topografia das relações de poder que circunscrevem sua produção.

**Palavras-chave:** Arlette Farge; Arquivo; Michel Foucault; Relações de poder.

### Abstract

*The aim of this paper is to consider the function of the archive in order to understand the intricate relationship between discourse, power and society in the work "The Flavor of the Archive", by French historian Arlette Farge. Complementing the discussion with theoretical perspectives that discuss the power function of the archive, we will seek to reflect, from the problematizations postulated by Farge, on the way in which the archive also reveals itself as a microphysics of historical relations, which allows us to traverse the topography of the power relations that circumscribe its production.*

**Keywords:** Power relations; Archive; Arlette Farge; Michel Foucault.

\* Lucas Sloboda

Recebido em: 02/10/2023

Aceito em: 30/07/2024

A função do arquivo e sua relação com a escrita e compreensão histórica constituem o objeto central à problematização trazida por Arlette Farge em "O sabor do arquivo" (2009), obra traduzida e publicada pela Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 20 anos após seu lançamento na França. Sob o olhar atento e provocador de Arlette Farge, diretora de pesquisa do Centre national de la recherche scientifique (CNRS), especializada em estudos sobre a França do século XVIII, somos levados a refletir acerca das práticas de pesquisa e de seu papel na escrita da história mediante a exposição dos comportamentos e identidades das classes populares francesas desse período, assim como as relações entre homens e mulheres e a escrita da História.

<sup>1</sup> FOUCAULT, M. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. 5ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2018.

Por meio da oscilação entre um olhar detido aos aspectos da pesquisa historiográfica com base em documentos e reflexões acerca da função do arquivo enquanto um produto das relações sócio-históricas, a noção de arquivo é delineada como um objeto oblíquo e complexo, singular e contundente: matéria viva. Sem almejar uma fisiologia das chaves que revelariam como extrair do arquivo sua verdade última, Farge propõe uma possível topografia de suas fechaduras. Se em Michel Foucault, explicitamente influente no texto da autora, depreendemos um trabalho filosófico pautado em uma contínua problematização dos construtos históricos<sup>1</sup>, poderíamos dizer que "O sabor do arquivo" faz-se foucaultiano nesses moldes: busca, na materialidade do arquivo, suas instâncias de problematização e reflexão.

Por meio de uma escrita que assume tons literários, Farge pavimenta ao longo de oito capítulos um percurso de reflexão em torno da noção de arquivo, especialmente a partir de documentos jurídicos e criminais produzidos no século XVIII. Atendo-se à narração que os documentos empreendem acerca daqueles apreendidos pelo poder descritivo e aprisionante do arquivo policial, responsável por fixar-lhes como desviantes à norma que se estabelecia à época, a autora poderá problematizar a própria maneira segundo a qual o arquivo insere-se na História. Isto é, ora como registro passível de legitimar a reconstituição do verdadeiro histórico, ora como dispositivo de produção, reprodução e manipulação da realidade ou mesmo como joguete histórico das relações de poder que o circunscreve. Portanto, pela consternação diante da emergência de um texto capaz de retirar da multidão de pessoas figuras singulares, a fim de destacá-las em queixas e denegações cujos critérios de validade encontram-se aquém da deliberação dos próprios sujeitos aprisionados pelo poder, que Farge percorrerá a noção de arquivo.

<sup>2</sup> FARGE, A. *O sabor do arquivo*. 1ed. São Paulo: EDUSP, 200, p.81.

Segundo a autora, inscritos em uma cerâmica ou em um livro sagrado, o que chamamos de arquivo consiste essencialmente em um acontecimento, seja ele grande ou pequeno, mas suficiente para tornar-se marca material em uma narração. Enganam-se, todavia, aqueles que acreditam que o acontecimento reside unicamente na exterioridade de seu relato, pois como lembra Farge: "Nessa relação estreita entre a palavra dita e a vontade de criar o verossímil instaura o acontecimento"<sup>2</sup>. Isto é, para o arquivo, o acontecimento cria-se na interioridade de sua microfísica, feita tanto de palavras como de silêncios. Estes, especialmente, são os interstícios que mais dizem, pois, dizendo apenas aquilo que habita o espaço verossímil aos enunciados passíveis de constituírem o arquivo, o silêncio diante do real é estrategicamente tecido. Não por acaso Trouillot intitula seu livro como "Silenciando o passado: poder e a produção da História" (2016). Frente aos discursos correntes instituídos como verossímeis acerca do processo histórico de revolução haitiana, Trouillot encontra em seus silenciamentos os caminhos pelos quais o poder operacionalizou o que poderia ser digno de configurar um acontecimento arquivável.

<sup>3</sup> FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 24ª ed. São Paulo: Loyola, 1996, p.268.

O arquivo, em Farge, revela-se como um diapasão histórico, a redoma de um feixe de luz que destaca singularidades em forma de acontecimentos. Comparativamente, poderíamos lembrar de Hartog (2003) que ao discorrer sobre a produção da história evoca a frase de Santo Agostinho: "*Nos tempora sumus*"; o arquivo será subsumido à historicidade daquelas que o conceberam, da ordem discursiva sobre a qual são recobertos. Por isso será possível a Farge ensejar a colocação foucaultiana: "A história torna-se história daquilo que os homens chamaram as verdades e de suas lutas em torno dessas verdades"<sup>3</sup>. Nesse sentido, o arquivo é tanto responsável por fazer dizer quanto por refratar o que pode ser dito sobre o real e seus seres semoventes no tempo histórico ao qual pertencem. Não registra, portanto, a totalidade dos fenômenos observáveis, mas o conjunto de práticas que os elegem como objetos de descrição e de formação de saberes. Desse modo, vemos que o arquivo, mais do que expor o que seria o crime ou a função da mulher no século XVIII, categorias trabalhadas por Farge, detém o conjunto das práticas discursivas que tornam tais acontecimentos objetos de saber e poder em seu tempo histórico.

Afinal, como nos lembra Foucault, na jurisprudência criminal do século XVIII, concebida no exato instante em que o Estado se coloca como nova força reguladora da vida coletiva e o sistema de produção fabril institui práticas e discursos disciplinadores para produzirem mão de obra dócil, há toda uma atenção dispendida ao que constitui um delito, sua possível pena e o modo de fixar por meio dele um saber sobre o sujeito delinquente. Surgindo como um dispositivo histórico de produção e reprodução do poder, as práticas que levam à realização do arquivo desempenham, em si mesmas, uma microfísica dessas relações de poder. Não por outro motivo Foucault, em "Vigiar e punir" (2014), aponta o diagrama dos crimes aceitos e daqueles condenados no século XVIII-XIX: enquanto a prostituição e a violência policial não adentram a ordem discursiva que descreve os delitos, sendo aceitos dentro das relações de poder, o arquivo criminal é responsável por traçar o perfil dos assaltantes, desordeiros, mendicantes, loucos etc., em suma, daqueles que representam um risco à ordem vigente. Somente compreendendo a discursividade empreendida no arquivo como "uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos em todo o caso; e é nesta prática que os acontecimentos do discurso encontram o princípio de sua regularidade"<sup>4</sup>, que podemos apreender esta colocação:

<sup>4</sup> Foucault, 1996, p. 53.

Mendigos, desocupados, dolentes, ladras ou sedutores agressivos emergem um dia da multidão compacta, fisgados pelo poder que os perseguiu em meio à sua agitação habitual, ou porque estavam onde não deviam, ou porque eles próprios decidiram transgredir e chamar a atenção, ou talvez ser nomeados, enfim, diante do poder<sup>5</sup>.

<sup>5</sup> Farge, 2009, p. 31.

Não existe arquivo fora das relações de poder, pois os objetos que ilumina em seus registros tornam-se inteligíveis pelos focos estratégicos de luz que posiciona sobre eles. Os enunciados que porta, engendrados pela verossimilhança que o poder submete, são responsáveis por criar, burilar e legitimar objetos sociais, normas jurídicas, espaços legítimos de transgressão ou punição, subjetividades e seus sujeitos, em suma, realidades nas quais o poder assenta seus dispositivos históricos. Desse modo, nas palavras da autora, "sua leitura provoca de imediato um efeito de real que nenhum impresso, por mais original que seja, pode suscitar"<sup>6</sup>. A palavra dita, o objeto fixado, o vestígio deixado tornam-se os recursos de apreensão do real instaurados pelo poder, sendo o arquivo um de seus dispositivos privilegiados. Dessa forma podemos compreender a figura do criminoso, que Farge destaca como exemplo de uma construção histórica ao mobilizar os arquivos criminais do século XVIII. O delinquente, como o louco, a histérica, o "desviante sexual", enfim, os anormais, não existem enquanto objetos a não ser na interioridade de um poder exercendo-se. Nas palavras da autora: "o arquivo não é uma nota; não foi composto para surpreender, agradar ou informar, mas para servir a uma polícia que vigia e reprime"<sup>7</sup>.

<sup>6</sup> Farge, 2009, p. 13.

<sup>7</sup> Farge, 2009, p. 15.

Em vista da complexidade do arquivo, de tantas as fechaduras com as quais nos deparamos ao tomá-lo em mãos e que recusam a qualquer lógica mimética, simples e ingênua, entre seu registro e a verdade dos fatos, como, então, proceder diante dele? Ao propor essa pergunta, Farge em nenhum momento almeja uma solução que destranque a rede de penumbras que destaca ao longo da obra. Pelo contrário, o historiador, o filólogo ou o aventureiro que pretender acessar tais arquivos não terá outra alternativa a não ser a de encará-los, pacientemente, e conviver com seus silêncios. Nas palavras da autora, para acessar o arquivo:

É preciso se livrar pacientemente da simpatia natural que se sente por ele, e considerá-lo como um adversário a ser combatido, um pedaço de saber que não se anexa, mas que perturba. Não é simples abrir mão da facilidade excessiva de encontrar um sentido para ele; para poder conhecê-lo, é preciso desaprendê-lo, e não imaginar reconhecê-lo logo na primeira leitura<sup>8</sup>.

<sup>8</sup> Farge, 2009, p. 73.

Se a História é diegesis e não mimesis, retomando a distinção de Genette<sup>9</sup>, o arquivo, suporte mnemônico que persiste à dissolução, deverá ser descoberto segundo os próprios caminhos que entreabrir. Qualquer voo que se descole de seu solo a serviço de imediatas interpretações, corre o inevitável risco de perder-se no calor do sol. Somente atendo-se aos seus critérios de veracidade e plausibilidade torna-se possível apreender sua narrativa, como afirma Farge. No entanto, como nos lembra a autora, não devemos excluir desse processo a figura do próprio historiador, filólogo ou aventureiro que sobre os documentos se debruçar: assim como o arquivista porta a mão que registra, o historiador representa a figura que interpreta. Sua função consistirá, assim, "em argumentar e reelaborar os sistemas de relação do passado por representações da comunidade social que estuda", mas o fará, inevitavelmente, sob seu "próprio sistema de valores e de normas"<sup>10</sup> - nesse jogo, nenhuma peça escapa ao

<sup>9</sup> VEYNE, P. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. 4 ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998, p. 19.

<sup>10</sup> Farge, 2009, p. 93.

poder que a circunscreve.

O arquivo, não sendo prova definitiva de uma verdade qualquer, mas morro-testemunho de uma prática histórica, é trabalhado pelo historiador na medida em que sobre ele seja empregado um processo de tratamento. Isto é, mediante a construção de questionamentos específicos pelo historiador, em resposta às singularidades do arquivo, será possível a partir dele postular conhecimentos. Como afirma Farge, o arquivo não se abre, portanto, como uma janela à verdade, mas como um claro enigma, um trajeto a ser percorrido e refletido, arado. Qualquer sentido que dele se extraia, por mais edificante que aparente ser, não corresponde a um tesouro encontrado, mas a uma vereda que se sedimenta pelas mãos daquele que o trabalha.

<sup>11</sup> Farge, 2009, p. 95.

Como se buscou delinear ao longo desta discussão, em "O sabor do arquivo" não encontraremos um manual sobre a noção de arquivo, com definições, genealogias históricas, formas de tratamento e produção etc. Deparamo-nos, de fato, com um ensaio cuja abordagem faz erigir, de seu objeto de discussão, a complexidade própria que o constitui. Nisto está sua beleza e potência: ao não se esquivar de seu objeto, recusa-se a reproduzir os silenciamentos, penalidades e opressões que o arquivo é capaz de desempenhar em sua função histórica enquanto dispositivo de poder. A própria autora lembra-nos isso ao retomar Paul Ricoeur: "Não se deve jamais enfraquecer a incisividade do que ocorreu, a incisividade do acontecimento" - dizia recentemente Paul Ricoeur durante uma jornada de encontro com historiadores" -, sobretudo quando ele ainda produz horror e traumatismos"<sup>11</sup>. Embora seja impossível restituir ao passado uma justiça que lhe caberia, o arquivo permite-nos olhar para o tempo e nele nos posicionar, de modo a fundar, assim, um presente que seja capaz de um devir em construção.

\*\*\*\*\*

À guisa de conclusões, poderíamos dizer que o arquivo é uma microfísica de singularidades em "O sabor do arquivo" (2009), de Arlette Farge. Suas idiossincrasias, aos olhares menos detidos, revelam-se maliciosas, traiçoeiras, pois é em sua própria desordem que se racionalizam, tomam sentido. Aos olhares carentes por identificações e reconhecimentos anacrônicos, resta-lhes uma desoladora fechadura intransponível. O trabalho feito sobre o arquivo será sempre insólito, de risco, característica de sua própria condição. Somente se situando em seu tempo histórico é possível dele extrair seus caminhos mais fúgidos, no entanto, encontramos-nos estrangeiro a ele, situado em um tempo que não o seu, mas daquele que o apreendeu em mãos e que deve restituir-lhe sua entropia nascente. Por isso, lê-lo é uma tarefa distinta à encontrar os meios de retê-lo, vivificá-lo. Suas personagens, mortais ou metafísicas, arrebatadas agressivamente sem convites prévios, cristalizam-se em seu entalhamento do real, individualizam-se, imagens em biópsia. Mas, para aqueles confrontados pelo arquivo, na solidão de um tempo que se sobrepõe ao seu, restante a sábia e angustiante posição do eu-lírico drummondiano na oitava estrofe do poema "Procura de poesia", a saber:

<sup>8</sup> DRUMMOND, C. *A rosa do povo*. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 1991, p.12.

*Chega mais perto e contempla as palavras.*

*Cada uma*

*tem mil faces secretas sob a face neutra*

*e te pergunta, sem interesse pela resposta,*

*pobre ou terrível, que lhe deres:*

*trouxestes a chave?*<sup>12</sup>

## Notas

\* Graduado em Letras pela Universidade de São Paulo (USP). Email: lucassloboda@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4429-3701>.

## Referências

- DRUMMOND, C. **A rosa do povo**. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 1991.
- FARGE, A. **O sabor do arquivo**. 1 ed. São Paulo: EDUSP, 2009.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 24º ed. São Paulo: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. 5ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. 42º ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.
- HARTOG, F. Tempo, **História e a escrita da História: a ordem do tempo**. Revista de História. V. 148, Ed. 1, 09-34, 2003.
- TROUILLOT, M. **Silenciando o passado: poder e a produção da história**. 1 ed. Curitiba: huya, 2016.
- VEYNE, P. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. 4 ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.